



PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2018, do Senador Rudson Leite, que *altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.*

Relatora: Senadora **LEILA BARROS**

I – RELATÓRIO

Chega ao exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2018, de autoria do Senador Rudson Leite, que *altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.*

Os arts. 1º a 3º do PLS promovem modificações em dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que *institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências*, a Lei Pelé, visando aumentar recursos para o esporte nacional.

No art. 1º, altera a redação de dois incisos do *caput* do art. 6º, para incrementar a constituição dos recursos do Ministério do Esporte, propondo o aumento do adicional incidente sobre cada bilhete na Loteria Esportiva Federal e na Loteria Federal, de 4,5% para 5,4%, e o aumento do montante arrecadado pela Loteria Instantânea Exclusiva (LOTEx), de 10% para 12%.





O art. 2º modifica os incisos do *caput* do art. 8º, para redistribuir a arrecadação obtida por cada teste da Loteria Esportiva. Ampliam-se os percentuais destinados ao Ministério do Esporte, de 15% para 18%; e às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos, de 10% para 12%. Compensam-se esses aumentos abatendo-se o percentual destinado à Caixa Econômica Federal (CEF), disponibilizado ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos, de 20% para 15%.

O art. 3º muda o inciso VI do *caput* do art. 56, aumentando de 2,7% para 3,24% os recursos necessários ao fomento das práticas desportivas formais e não formais originários da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal.

Para incrementar os recursos destinados ao Fundo Nacional da Cultural (FNC), o art. 4º da proposição altera o inciso VIII do *caput* do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que *restabelece princípios da Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e dá outras providências*, a Lei Rouanet. Expande-se de 3% para 3,6% o percentual dos recursos oriundos da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal.

O art. 5º do PLS altera o § 4º do art. 28 da Lei nº 13.155, de 4 de agosto de 2015, para que sejam redistribuídos os percentuais da totalidade da arrecadação de cada emissão Lotex. Amplia a destinação de recursos, de 10% para 12% ao Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar; e de 2,7% para 3,24% às entidades de prática desportiva de futebol que cederem os direitos de uso de sua denominação, marca, emblema, hino, símbolos e similares para divulgação e execução do concurso. Para compensar, diminui o percentual destinado à premiação, de 65% para 62,46%.

O art. 6º do projeto altera o art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, e redistribui o total arrecadado pela loteria de prognóstico específico instituída, visando ao desenvolvimento da prática desportiva. Amplia de 3% para 3,6% o percentual a ser distribuído para o Ministério do Esporte, para distribuição aos os órgãos gestores de esportes dos Estados e do Distrito Federal para aplicação exclusiva e integral em projetos de





desporto educacional desenvolvidos no âmbito da educação básica e superior, e para as ações dos clubes sociais, de acordo com os projetos aprovados pela Federação Nacional dos Clubes Esportivos (FENACLUBES). Para compensar, diminui, de 20% para 19,4%, o percentual destinado ao custeio e à manutenção do serviço.

Na justificação, o autor declara que “é fundamental enfatizar a mensagem de que a cultura e o esporte precisam de mais, nunca menos, apoio no País”.

Depois do exame por esta Comissão, o PLS seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

Ao analisar o mérito da proposição, vemos como extremamente louvável o aumento dos percentuais de recursos de loterias para o esporte e para a cultura. Contudo, a Medida Provisória (MPV) nº 841, de 11 de junho de 2018, que *dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública e sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias*, trouxe mudanças a destinação dos recursos das loterias e revogou todos os dispositivos a que o PLS pretende alterar. Além disso, a Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 846, de 2018, manteve as mudanças da MPV nº 841, de 2018, quanto a essas determinações.

Atualmente, o *Capítulo III* da Lei nº 13.756, de 2018, trata da destinação dos recursos das loterias, redistribuindo o produto de arrecadação total obtida em cinco tipos de loterias, a federal, a de prognósticos numéricos, a de prognóstico específico, a de prognósticos esportivos e a instantânea exclusiva (Lotex).

Vale ressaltar que as áreas do esporte e da cultura continuam a ser atendidas pelas diversas loterias. Especificamente no campo do esporte, são várias as entidades a receberem recursos. Ademais, são beneficiadas pelas loterias as áreas de seguridade social, segurança pública, saúde e atendimento a crianças e adolescentes.





SENADO FEDERAL
GABINETE DA SENADORA LEILA BARROS

Não há motivo para alterar esses percentuais que foram debatidos tão recentemente no Congresso Nacional.

Cabe ressaltar, por fim, que inexistem, na proposição, óbices quanto à constitucionalidade e à juridicidade. Da mesma forma, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete a esta Comissão opinar em proposições que versem sobre cultura e desportos, temas afetos ao PLS nº 320, de 2018.

Entretanto, conforme explanado, verifica-se que o projeto perdeu a oportunidade quando, após sua apresentação, foi aprovada lei disciplinando o mesmo assunto. Assim, consideramos que, apesar de extremamente meritória, a matéria está prejudicada, de acordo com o art. 334, inciso I, do RISF.

III – VOTO

Em face do exposto, o voto é pela recomendação de declaração de prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

